

Estratégias discursivas de legitimação acionadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário na defesa ou extinção do voto impresso no Brasil

Discursive legitimation strategies triggered by the executive, legislative and judiciary powers in the defense or extinction of the printed vote in Brazil

Rejane de Oliveira Pozobon

Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), Santa Maria, Brasil. Email: rejanepozobon@gmail.com

Bruno Kegler

Doutor em Comunicação e Informação (UFRGS). Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), Santa Maria, Brasil, bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES). Email: brunokegler@gmail.com

Resumo

O artigo analisa as “estratégias discursivas de legitimação” (Vaara, Tienari e Laurila, 2006) acionadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário na defesa ou extinção do voto impresso no Brasil. Essas estratégias foram observadas no discurso dos representantes máximos dos três poderes do Estado Brasileiro, mais especificamente nos sites do Governo Federal, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de 01 de maio (quando a pauta começou a ser debatida) a 11 de agosto de 2021 (um dia após a Câmara dos Deputados rejeitar a proposta). As análises apontam para a prevalência da estratégia de autorização, por meio de referência a pessoas ou instituições. Cabe destacar a frequência com que as estratégias de moralização e narrativização também foram acionadas, incorporando recursos discursivos que potencializam a dramaticidade e a polarização.

Palavras-Chave

Estratégias discursivas de legitimação; discurso; voto impresso.

Abstract

The article analyzes the “discursive legitimation strategies” (Vaara, Tienari and Laurila, 2006) triggered by the executive, legislative and judiciary powers in defense or extinction of the printed vote in Brazil. These strategies were observed in the speech of the highest representatives of the three branches of the Brazilian State, more specifically on the websites of the Federal Government, the Federal Senate and the Federal Supreme Court, from May 1st (when the agenda began to be debated) to August 11th 2021 (the day after the Chamber of Deputies rejected the proposal). The analyzes point to the prevalence of the authorization strategy, through reference to people or institutions. It is worth highlighting the frequency with which the moralization and narrativization strategies were also activated, incorporating discursive resources that enhance drama and polarization.

Keywords

Discursive legitimation strategies; speech; printed vote.

Considerações iniciais

Em maio de 2021, o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19, que trata da possibilidade de alteração Constitucional no processo eleitoral, ganhou as ruas e passou a integrar a agenda midiática. O tema ganhou centralidade nas redes sociais, defensores e críticos da proposta passaram a duelar, inflamando argumentos favoráveis e contrários à emenda.

A PEC tem autoria da Deputada Federal Bia Kicis (PSL-DF) e pretendia realizar uma mudança significativa no sistema eleitoral brasileiro com a inclusão de cédulas de papel junto às urnas eletrônicas¹. Isso significaria que o eleitor, assim que digitasse o voto na urna eletrônica, iria visualizar um documento impresso confirmando seu voto – em seguida, essa cédula seria depositada automaticamente em uma urna lacrada que seria utilizada para fins de auditoria. Dessa maneira, a urna eletrônica não seria descartada, haveria a inclusão de outra urna com cédulas impressas depositadas pelos eleitores. A cédula impressa não iria associar o voto a cada eleitor, mas sim, evidenciar o candidato que recebeu o voto.

Na contramão da proposta, o Tribunal Superior Eleitoral alegou que a urna eletrônica era segura e que não haveria necessidade de um sistema paralelo, o que implicaria um aumento exponencial no custo do processo eleitoral². Além disso, a corte afirma que a impressão do voto e a necessidade de ele ser depositado em urnas físicas aumentaria o tempo médio de votação – o que obrigaria a Justiça Eleitoral a ampliar os gastos públicos para custear mais urnas, mesários, transporte, alimentação e suprimentos. A segurança, segundo o TSE, reside no fato da urna utilizar o sistema operacional Linux; não tendo conexões *bluetooth* e *wi-fi* (o que impossibilitaria ataques cibernéticos, por exemplo) e ser conectada apenas ao cabo de energia. O argumento é reforçado pela explicação de que os softwares são assinados e desenvolvidos digitalmente pelo TSE, exclusivamente para as eleições.

Esse cenário nos instigou a pensar como os três poderes do Estado Brasileiro argumentaram acerca deste debate. A questão central que nos moveu foi pensar quais foram as estratégias de legitimação acionadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário na defesa ou extinção do voto impresso no Brasil.

Nesta pesquisa, compreendemos as estratégias de legitimação na esteira de Vaara, Tienari e Laurila (2006). Essas estratégias foram observadas no discurso dos representantes máximos dos três poderes do Estado Brasileiro, mais especificamente em notícias veiculadas nos sites do governo federal (www.gov.br), do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br>) e do Supremo Tribunal Federal (<http://portal.stf.jus.br/>), de 01 de maio (quando a pauta começou a ser debatida) a 11 de agosto de 2021 (um dia após a Câmara dos Deputados rejeitar a PEC³). A busca nos sites foi feita na aba “notícias”, pelas palavras-chave “voto impresso” e “PEC 135/19”, retornando dezesseis notícias no site do Senado e seis no site do STF. No site do poder executivo, nenhuma notícia foi encontrada, com os critérios utilizados e período delimitado.

¹ Caso a PEC fosse aprovada, seria incluído o parágrafo 12 no Art. 14, da Constituição Federal. § 12 “No processo de votação e apuração das eleições, dos plebiscitos e dos referendos, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas, de forma automática e sem contato manual, em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”.

² O TSE calculou um aumento de custo de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

³ Foram 229 votos favoráveis, 218 contrários e 1 abstenção. Como não atingiu o mínimo de 308 votos favoráveis, o texto foi arquivado.

Estratégias discursivas, legitimidade e legitimação

Partimos do princípio de que a comunicação estratégica se baseia no uso intencional da comunicação por parte de uma pessoa ou entidade, a fim de estabelecer conversações de importância estratégica que permitam alcançar determinados objetivos (ZERFASS et al., 2018).

Trata-se, portanto, de um fazer e um dizer direcionados a um determinado fim. Um pensar visando uma ação. O discurso expressa e, ao mesmo tempo, molda o contexto (VAN DIJK, 1997). Entendemos por contextos os elementos pré-definidos (embora flexíveis), constituídos de fatos sociais, e que funcionam como pano de fundo (condição) das práticas sociais (VAN DIJK, 1997). Ao mesmo tempo em que os contextos constituem os discursos, por eles são influenciados e construídos (VAN DIJK, 1997).

No discurso político há uma visibilização das ações e, em última instância, uma constante tentativa de legitimação da atuação e dos posicionamentos assumidos. Para Adriano Rodrigues, os tensionamentos acionados neste tipo de discurso são infundáveis, compreendendo “uma multiplicidade indefinida de mundos, de peças e de regras, elevando a um número incalculavelmente elevado as figuras prováveis e as derivas possíveis” (RODRIGUES, 1990, p. 17). Isso explica o fato do discurso nunca se encerrar, pois carrega uma potencial ressonância. Nossas opiniões são construídas por uma infinidade de discursos, que nos direcionam para um determinado caminho de compreensão/entendimentos. Esse direcionamento pode ser denominado de estratégia.

As estratégias acionadas nos discursos políticos são disputas que visam legitimidade, conceito que pode ser melhor compreendido ao ser pensado juntamente com a ideia de legitimação. De acordo com Barichello (2002 e 2003) legitimação refere-se à ação de conferir legitimidade a uma fala, pessoa ou instituição, de modo que isso se torne aceitável para a sociedade. Enquanto legitimidade pressupõe um consenso mais ou menos generalizado, a legitimação refere-se ao processo de obtenção desse consenso entre os diferentes públicos da sociedade.

Essa compreensão se conecta com a proposição anterior de Rodrigues (1990), à medida que este nos diz que “‘a família exige’, ‘a economia deve e exige’, ‘a política impõe’ são enunciados que colocam instituições sociais no lugar de sujeito de um dizer ou de um fazer e remetem para a capacidade de impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social” (RODRIGUES, 1990, p. 143-145).

O autor conclui que a visibilidade de um campo é o que institui a sua legitimidade, e, para mantê-la, cada campo precisa disputar o monopólio da visibilidade, por meio de estratégias. Essa disputa também se constitui em um constante processo (de legitimação). A legitimidade é, portanto, constantemente construída e revisitada.

A ideia de circularidade e construção social é parte constituinte do conceito de legitimação. Para Berger e Luckmann (1997, p.38), “a linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim”.

Além disso, “a linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 57) e auxilia a estabilizar “um contexto de ordem, direção” (idem, p. 73). E dessa forma vamos construindo a nossa realidade, selecionando explicações que nos são factíveis e que, ao mesmo tempo, nos ajudam a reforçar entendimentos anteriores que queremos ratificar.

Essa explicação se relaciona com o conceito de legitimação proposto pelos autores, ou seja, um processo que concede à instituição “uma objetivação de sentido”. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de ‘primeira ordem’, que foram institucionalizadas (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 122).

A legitimação é este processo de ‘explicação’ e justificação. [...] A legitimação ‘explica’ a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 124).

Em 1999, Van Leeuwen e Wodak apresentaram um primeiro esboço para a realização de uma análise de legitimação discursiva. Este estudo foi posteriormente aprofundado por Van Leeuwen, constituindo o que estamos aqui denominando de “estratégias discursivas de legitimação”. O estudo descrevia quatro categorias de legitimação: autorização, avaliação moral, racionalização e mitopoesia.

A partir das categorias mapeadas pelo pesquisador, Vaara, Tienari e Laurila (2006) distinguiram cinco tipos de estratégias de legitimação que podem ser mobilizadas concomitantemente ou isoladamente: normalização (ou naturalização), autorização, racionalização, moralização e narrativização. Para os autores, normalização é a legitimação por tratar algo como normal ou natural. Pode envolver um tratamento retrospectivo por exemplificação de casos similares observados e práticas recorrentes, por exemplo; ou uma referência a casos ou eventos futuros. Autorização é a legitimação por referência à autoridade. Se aplica a autoridade de pessoas, instituições, leis, convenções ou regulamentos. Racionalização é a legitimação por referência à utilidade ou à função de ações e práticas institucionais; faz referência a benefícios, funções ou propósitos institucionais. Moralização é a referência a valores com fins legitimadores. Parte de uma base moral que pode estar explícita ou implícita. Narrativização se refere à legitimação por reconstruções narrativas que conferem um aspecto concreto e ao mesmo tempo dramático aos textos.

A partir dessas cinco estratégias de legitimação banalizamos nossas análises das notícias publicadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, acerca da PEC 135/19, conforme a descrição a seguir.

Estratégias discursivas de (des)legitimação da PEC 135/19

Para atingir o objetivo proposto neste texto, o percurso de pesquisa foi dividido em duas fases principais, a coleta de dados e a análise das estratégias legitimadoras nos conteúdos noticiosos coletados. Em primeiro, a coleta de dados foi realizada entre 1º de maio e 11 de agosto de 2021, nos sites do governo federal (www.gov.br), do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br>) e do Supremo Tribunal Federal (<http://portal.stf.jus.br/>). A busca nos sites foi realizada na aba “notícias”, pelas palavras-chave “voto impresso” e “PEC 135/19”, nos três sites. No primeiro, nenhuma notícia sobre o tema foi encontrada; no segundo, foram dezesseis publicações e, no terceiro, outras seis notícias, integralizando vinte e duas.

Dos dados coletados, há que se destacar a inexistência de publicações sobre o assunto no Portal do Poder Executivo, nos quatro meses observados. Em contrapartida, no Portal do Senado Federal há dezesseis publicações, bem superior também ao número de notícias publicadas pelo órgão máximo do Poder Judiciário, que foram seis. Ou seja, quase o equivalente ao triplo deste. Entendemos que o resultado reflete o protagonismo do Poder

Legislativo em relação ao tema, haja vista que o período compreende o processo deliberativo sobre a PEC 135/19 em curso na outra Casa Legislativa, a Câmara dos Deputados Federais. Ademais, a concentração de 6 (seis) notícias nos dias 10 e 11 de agosto, no portal do Senado Federal, espelham a reverberação da votação da PEC 135/19, ocorrida no dia 10.

Para além das disputas argumentativas em torno da temática, chamam a atenção os conteúdos relacionados a um evento militar programado para ocorrer na Esplanada dos Ministérios no dia da votação, que repercutiu tanto no Portal do Senado quanto no do STF. Em relação aos horários das publicações, pode-se notar que o STF concentra a postagem das notícias no período entre 10h e 15h, enquanto que o Senado fez 12 (doze) publicações entre 16h e 19h, o que corresponde a 60% do total coletado.

Organizados esses dados, a etapa seguinte consiste na identificação e na análise das estratégias de legitimação presentes nas notícias coletadas, a partir de Vaara, Tienari e Laurila (2006), reconhecendo-se que a instância midiática tem função premente nos processos cognitivos individuais e coletivos de formação da opinião e de entendimento das temáticas de interesse público. Tendo-se em tela os principais Poderes Republicanos do Brasil, ilumina-se a função do jornalismo de atribuir sentido à temática em debate, bem como de publicizar discursos e versões já existentes ou que se desejaria ouvir/ver, através das falas dos representantes eleitos pelo voto direto, como os senadores, ou de porta-vozes de instituições que detém o Poder de arbitrar, sob a orientação Constitucional, como os ministros do STF.

Entende-se, nesse sentido, a existência de um processo concorrencial, via argumentação, em torno da legitimidade, que é decisiva para a confiabilidade daquilo que é dito pelas instituições e/ou seus representantes acerca de temas limítrofes entre interesses públicos e privados, como a PEC 135/19.

Guiados por esses pressupostos e com base em Vaara, Tienari e Laurila (2006), formulamos uma matriz analítica composta por cinco tipos de estratégias de legitimação, não-excluentes entre si, que são: normalização (ou naturalização), autorização, racionalização, moralização e narrativização. Através delas, buscamos delinear subsídios acerca das tentativas de legitimação ou de deslegitimação à PEC 135/19 ou a assuntos a ela diretamente relacionados, nas falas identificadas no corpus empírico, todas elas de representantes do poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário Federal.

A categorização do material empírico está disposta no Quadro 1, observando-se a ordem dos Poderes e respectiva numeração atribuída a cada notícia.

Quadro 1 – Estratégias de legitimação

Senado Federal (Fonte: Agência Senado)		
Notícia	Trecho da coleta	Categoria
1 https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/08/pacheco-voto-impreso-e-assunto-encerrado	“considero que esse pronunciamento da Câmara em relação a esse tema torna definitiva e resolvida essa questão, não cabendo ao Senado qualquer tipo de deliberação ou de tramitação de uma matéria com o mesmo objeto. Então, renovo essa confiança no Superior Tribunal Eleitoral, na Justiça Eleitoral Brasileira e que tenhamos a normalidade no processo eleitoral de 2022”. (Rodrigo Pacheco, MG)	Autorização
3 ⁴ https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/08/voto-impreso-pacheco-diz-que-decisao-da-camara-torna-questao-definitiva	“Parte da outra metade que votou contra, que entendo que votou chantageada. Uma outra parte que se absteve, né? Que não são todos, mas alguns ali também não votaram com medo de retaliação”. (Jair Messias Bolsonaro)	Narrativização
	“Considero que esse pronunciamento da Câmara torna definitiva e resolvida esta questão, não cabendo ao Senado qualquer tipo de deliberação ou de tramitação de uma matéria com o mesmo objeto”. (Rodrigo Pacheco, MG) ----- “Ele (Rodrigo Pacheco) reiterou ainda sua confiança no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), capaz de levar adiante o processo eleitoral de 2022 com o	Autorização ----- Racionalização

⁴ O link da notícia três remete à notícia um. Os resultados são, portanto, idênticos.

	máximo de lisura, sem "fraude ou coisa que o valha". (Fonte: Agência Senado)	
	“A Câmara dos Deputados enterrou de vez as discussões a respeito do voto impresso. Agora é olhar para frente e concentrar os esforços no que realmente importa, retomar a economia e investir na geração de emprego e renda”. (Eduardo Braga, AM)	Racionalização
	“Precisamos criar empregos, proteger a população que perdeu as condições mínimas de subsistência devido aos reflexos da pandemia, recuperar o tempo perdido na educação e dotar o SUS das condições necessárias para atender também aos curados da covid que ficaram com sequelas”. (Leila Barros, DF)	Racionalização
	“Com o resultado da votação da Câmara, a discussão do voto impresso está encerrada. No próximo ano teremos eleições confiáveis, como sempre tivemos. Agora é hora de tratar dos assuntos que realmente interessam: vacina, combate à fome e emprego”. (Weverton, MA)	Normalização
2	“Estão acusando de golpista quem defende o símbolo da democracia: o voto! Congresso e sociedade divididos. Se nada fizer o TSE, por via até de portarias próprias, teremos eleições sob suspeita! ”. (Flavio Bolsonaro, RJ)	Narrativização
https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/11/com-derrota-do-voto-impresso-congresso-volta-foco-para-problemas-reais-apontam-senadores	“O voto impresso, infelizmente, foi derrotado na Câmara dos Deputados. É incrível que isso tenha acontecido porque o que o povo defende, desde sempre, é simples: uma evolução do processo, para permitir mais segurança e transparência ao resultado das eleições”. (Jorginho Mello, SC)	Moralização
	“A Câmara calou fundo os golpistas! A Democracia não existe pela metade: ou se é um país democrático ou não, sem meio-termo! O desespero bolsonarista receberá a contundente e derradeira resposta em 2022, para todos os seus desmandos! Viva o Brasil!”. (Fabiano Contarato, ES)	Moralização
	“Não adiantou afrontar a Câmara dos Deputados e a Justiça com as sucatas de tanques”. (Paulo Rocha, PA)	Narrativização
	“Cai por terra agora a desculpa do presidente da República para tumultuar o processo democrático em nosso país”. (Jean Paul, RN)	Narrativização
	“O Congresso deu duas demonstrações importantes contra o autoritarismo: na Câmara, foi rejeitada a PEC do voto impresso, retrocesso que só favorece as fraudes; no Senado, revogamos uma herança da ditadura: a Lei de Segurança Nacional. Viva a Democracia”. (Zenaide Maia, RN)	Moralização
4	“Isso também não é correto. Cada um tem de saber o seu papel, o seu limite. Não é lugar para militante nenhum ficar interferindo, querer legislar, como a gente vê o ativismo judicial crescente no Brasil. Então, é muito importante que cada um, de forma responsável, pacífica, ordeira e respeitosa tome consciência do seu papel. Ninguém é semideus de querer extrapolar suas competências. E é o momento que a gente precisa "baixar a bola", todos nós, e estabelecer a pacificação no país”. (Eduardo Girão, CE)	Narrativização
https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/10/girao-afirma-que-cabe-exclusivamente-ao-congresso-decidir-sobre-o-voto-impresso		
5	“Bolsonaro imagina com isso que está mostrando força, mas na verdade está evidenciando toda fraqueza de um presidente acuado pelas investigações de corrupção, inclusive dessa CPI. Não haverá voto impresso, não haverá nenhum tipo de golpe contra a nossa democracia, as instituições, Congresso à frente, não deixarão que isso aconteça”. (Omar Aziz, AM)	Autorização
https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/08/senadores-criticam-evento-militar-em-dia-de-decisao-sobre-o-voto-impresso		
6 ⁵	“Essa exibição totalmente desnecessária. É verdade que essa operação acontece há muitos anos, mas nenhuma vez nós tivemos a passagem de tanques e lança foguetes pela frente do Congresso Nacional, pela Frente do Supremo Tribunal Federal, especialmente num momento em que há um debate político, um debate parlamentar”. (Humberto Costa, PE)	Moralização
https://www12.senado.leg.br/noticias/ao-vivo/cpi-da-pandemia/cpi-ouve-helcio-bruno-de-almeida#senadores-se-manifestam-ha-uma-hora-sobre-blindados-e-voto-impresso		
7	“E de alguma forma consegui influenciar, porque as lideranças partidárias tiraram membros da comissão especial que eram favoráveis ao voto auditável, por outros que não têm tanta firmeza nesse posicionamento. Então, foi uma manobra que ocorreu, uma interferência, e isso não é saudável. Nós sabemos que existe aí todo um establishment lutando contra o voto auditável. Pelo que temos visto e acompanhado em alguns debates, ele propicia, no mínimo, uma maior segurança e transparência nas apurações das eleições”. (Eduardo Girão, PE)	Narrativização
https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/05/voto-impresso-e-modernizacao-e-aperfeicoamento-do-sistema-eleitoral-diz-girao		
	“Bolsonaro fez acusações gravíssimas e criminosas, mostrando vídeos que já foram desmentidos, contra a Justiça Eleitoral. Foi grotesca a live de Bolsonaro e um grave ataque à democracia. Ao usar recursos públicos, uma TV pública e a cadeira presidencial para disparar acusações contra instituições e o processo democrático, ele avança em sua tática golpista. Precisamos reagir! ”. (Paulo Rocha, PA)	Moralização

⁵ O link número 6 (seis) remete ao resumo dos acontecimentos do dia 10 de agosto e às mesmas falas consideradas no link de número 5 (cinco).

<p>8 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/30/senadores-classificam-live-de-bolsonaro-sobre-uma-eletronica-como-ataque-a-democracia</p>	<p>"Sem surpresas, após três anos falando impropérios sem a mínima comprovação contra a lisura da Justiça Eleitoral, sua apresentação [de Bolsonaro] foi repleta de notícias falsas, além de contar com a declaração expressa de que 'não temos provas, vou deixar bem claro, mas indícios'". (REDE SUSTENTABILIDADE)</p>	Normalização
	<p>"Não sei o que é pior: um presidente tão estúpido que acredita em teorias conspiratórias de WhatsApp ou um tão canalha que inventa as teorias conspiratórias de WhatsApp. No final das contas dá no mesmo, são ataques diários contra a democracia. É uma doença que vamos curar no voto". (Alessandro Vieira, SE)</p>	Narrativização
	<p>"Em uma live com vídeos requeitados e teorias delirantes, o presidente não provou absolutamente nada contra as urnas eletrônicas. Mais um blefe para uma plateia cada vez menor e mais radical. É o remake da cloroquina". (Eliziane Gama, MA)</p>	Narrativização
	<p>"Bolsonaro fez uma TV pública transmitir ao vivo suas mentiras e cometeu um claro crime de responsabilidade, ameaçando o sistema democrático no país. Foi o maior ataque ao direito de voto desde a redemocratização. E o mais grave: usando a estrutura do Estado brasileiro para isso". (Humberto Costa, PE)</p>	Moralização
	<p>"Não temos provas, mas indícios, diz Jair Bolsonaro em mais uma trama contra o Brasil. A consequência mais grave dos 'indícios' que a Lava Jato tinha contra o Lula é termos esse embuste como presidente e tantas vidas perdidas por ambição". (Rogério Carvalho, SE)</p>	Moralização
	<p>"Uma fraude exigiria que muita gente no TSE estivesse comprometida. Ia ser uma conspiração de muita gente. Não há precedente e não há razão para se mexer num time que está ganhando". (Álvaro Dias, PR)</p>	Racionalização
<p>9 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/22/eleicoes-sao-inegociaveis-diz-pacheco-senadores-reagem-a-braga-netto</p>	<p>"Discussões sobre o sistema político-eleitoral, formas de financiamento de campanhas, voto eletrônico ou impresso, entre outros temas, cabem ao Congresso Nacional, a partir do debate próprio do processo legislativo e com respeito às divergências e à vontade da maioria". (Rodrigo Pacheco, MG)</p>	Autorização
	<p>"Bolsonaro vem preparando o terreno para um golpe. É fundamental que todas as forças democráticas do país manifestem o seu total repúdio a essas ameaças golpistas. E a melhor maneira de respondermos a essas tentativas é por meio da resistência e mobilização popular". (Humberto Costa, PE)</p>	Moralização
	<p>"A senadora Simone Tebet (MDB-MS) condenou "constantes ameaças às instituições, às eleições e à democracia". O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que não é a primeira vez no governo de Jair Bolsonaro que as Forças Armadas "se sujeitam ao papel de quinta-coluna do golpismo". Para a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), se verdadeiras, as denúncias "colocam as Forças Armadas em clara posição de ameaça à Constituição e à sociedade". (Agência Senado)</p>	Moralização
	<p>"O senador Renan Calheiros (MDB-AL) declarou que Braga Netto deve ser exonerado, pois "foi colocado onde está exatamente para isso: para ameaçar as instituições"; ele também acusou Bolsonaro de "manter a sociedade refém de sua obsessão continuísta". O senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) perguntou se "Braga Netto é o dono do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)". O senador Paulo Rocha (PT-PA) entende que o ministro da Defesa está "mergulhado na pauta ideológica do bolsonarismo e flertando com a inconstitucionalidade". E o senador Jaques Wagner (PT-BA) contrastou a posição atribuída a Braga Netto com a de dez ex-secretários de defesa dos Estados Unidos, que rejeitaram os "rompantes golpistas" do então presidente Donald Trump". (Agência Senado)</p>	Narrativização
	<p>"Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso declarou pelo Twitter que, em conversas com Walter Braga Netto e com Arthur Lira, "ambos desmentiram, enfaticamente, qualquer episódio de ameaça às eleições"". (Fonte: Agência Senado)</p>	Autorização
	<p>"O deputado Arthur Lira afirmou que o voto popular, secreto e soberano será exercido "a despeito do que sai ou não na imprensa"". (Fonte: Agência Senado)</p>	Racionalização
<p>10 https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/07/paulo-paim-e-marcos-rogerio-divergem-sobre-proposta-de-voto-impresso</p>	<p>"Em vez de aumentar a segurança das votações, serviria a fraudes e à violação do sigilo dos votos. Muitos querem voltar ao passado, querem voto impresso numa urna eletrônica, pois bem isso é um retrocesso, fragiliza a eleição, quais os interesses que estão por trás disso?". (Paulo Paim, RS).</p>	Narrativização
	<p>"É um contrassenso ver ardorosos defensores de direitos de minorias se arvorarem À crítica à busca do voto auditável que representa, ao que se percebe, um anseio de um número considerável de brasileiros. O voto auditável está longe de ser um retrocesso, é, na verdade, um avanço democrático, uma segurança maior ao processo eleitoral. Não se trata de pôr</p>	Moralização

	em dúvida o sistema eleitoral, mas pergunto: que obrigação tem o eleitor de confiar de maneira absoluta que a urna eletrônica registrou corretamente seu voto?" (Marcos Rogério, RO).	
11 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/15/paim-defende-continuidade-de-urnas-eletronicas-e-se-diz-contravoto-impresso	<p>“A urna eletrônica brasileira é referência mundial e um exemplo de segurança para todo o planeta. Vale esclarecer que nossas urnas não podem ser usadas para impressão de voto, pois elas têm impressoras internas capazes de imprimir, apenas, o relatório da cobertura das votações, e o boletim de urna em seu encerramento. Para ligar uma impressora à urna, seria necessário que esta fosse à prova de intervenções humanas. Caso contrário, em vez de aumentar a segurança das votações, facilitaria a fraude e a violação do sigilo dos votos”. (Paulo Paim, RS)</p> <p>-----</p> <p>“O voto vai além do exercício da cidadania, ele representa um exercício de poder. Presidentes de 11 partidos, inclusive alguns até da base governista, são contra o voto impresso nas eleições de 2022. A urna eletrônica é uma conquista do povo brasileiro e um aperfeiçoamento da nossa democracia”. (Paulo Paim, RS)</p>	<p>Autorização</p> <p>-----</p> <p>Autorização</p>
12 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/13/marcos-rogerio-defende-analise-da-pec-do-voto-impresso	<p>“Que obrigação tem o eleitor, os candidatos e os próprios partidos de acreditarem, piamente, que o sistema eletrônico atuou com perfeição, independentemente de fraude ou não? Buscar o aperfeiçoamento e a segurança do sistema de votação, apuração e auditagem dos votos não é duvidar da lisura dos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, mas reconhecer que não existe sistema perfeito”. (Marcos Rogério, RO)</p>	Narrativização
13 https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/07/presidente-do-senado-defende-eleicoes-de-2022-e-independencia-entre-os-poderes	<p>“E quero aqui afirmar a independência do parlamento brasileiro, a independência do Congresso Nacional, composto por suas duas casas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, que não admitirá qualquer atentado a esta independência e, sobretudo, a prerrogativa dos parlamentares, de palavras, opiniões e votos, que naturalmente devem ser resguardados numa democracia. Todo aquele que pretender algum retrocesso ao Estado Democrático de Direito esteja certo, que será apontado pelo povo brasileiro e pela história como inimigo da nação e como alguém privado de algo muito importante para os brasileiros e para o Brasil, que é o patriotismo” (Rodrigo Pacheco, MG).</p> <p>-----</p> <p>“Eu confio na Justiça Eleitoral Brasileira, não acredito que tenha havido fraudes e que o sistema esteja suscetível a fraudes no ano de 2022. E o formato dessas eleições, que é algo que se discute muito hoje na sociedade, e se se discute na sociedade deve ser respeitado, sobre a manutenção do formato atual ou o estabelecimento de uma nova tecnologia através de voto impresso auditável, essa é uma discussão que se haverá de ter com todos os personagens da República, e é normal e fundamental que todos participem com suas opiniões sobre essa ideia, sem ataque a pessoas, mas a ideias, essa definição não será feita pelo Poder Executivo, não será feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, será feita pelo Congresso Nacional através de uma Proposta de Emenda à Constituição que está sendo debatida na Câmara dos Deputados, e a decisão que houver, por parte do Congresso Nacional, primeiro pela Câmara dos Deputados, e depois pelo Senado Federal, haverá de ser respeitada por todos os poderes e instituições do Brasil. Tudo quanto houver de especulações em relação a algum retrocesso contra a democracia, como a frustração das eleições próximas, vindouras do ano de 2022, é algo com o que o Congresso Nacional, além de não concordar, repudia evidentemente. Nós não admitiremos qualquer tipo de retrocesso nesse sentido, e isso decorre não da vontade do Presidente do Senado, ou do Presidente da Câmara, ou do Presidente da República, ou do Tribunal Superior Eleitoral, isso advém da Constituição Federal, a qual nós devemos obediência” (Rodrigo Pacheco, MG).</p>	<p>Autorização</p> <p>-----</p> <p>Moralização</p> <p>-----</p> <p>Autorização</p>
14 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/09/pacheco-diz-que-eleicoes-de-2022-sao-inegociaveis-e-defende-prerrogativas-dos-senadores	<p>“Nós não admitiremos especulações em relação à frustração das eleições de 2022. É algo que o Congresso repudia, evidentemente. Isso não decorre da vontade do presidente do Senado, ou da Câmara, da República, ou do Tribunal Superior Eleitoral. Isso advém da Constituição, à qual devemos obediência. Ela impõe eleições periódicas, o sufrágio universal e o voto direto e secreto como a expressão mais pura da soberania popular. É o povo que manda no Brasil, e manda sobretudo através das eleições em que possa escolher seus representantes. As eleições são uma realidade da democracia brasileira. São inegociáveis”. (Rodrigo Pacheco, MG)</p> <p>-----</p> <p>“Essa definição não será feita pelo Poder Executivo ou pelo Tribunal Superior Eleitoral. Será feita pelo Congresso Nacional, através de uma proposta de emenda à Constituição. A decisão que houver haverá de ser respeitada por todos os Poderes e todas as instituições no Brasil”. (Rodrigo Pacheco, MG)</p>	<p>Autorização</p> <p>-----</p> <p>Autorização</p>
	<p>“Se o candidato a presidente da República pedir recontagem, nós vamos ter 150 milhões de votos contados manualmente, aquelas mesas apuradoras que faziam o <u>terror</u> da vida brasileira antes das urnas eletrônicas. Vai criar dificuldade administrativa, oferece risco para o sigilo, risco grande de fraude e risco de judicialização, porque a contagem manual vai dar diferença em relação a contagem eletrônica. Até em caixa de banco ou caixa de empresa, no</p>	

<p>15 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/voto-impresso-tse-aponta-risco-de-fraude-senadores-falam-em-inseguranca</p>	<p>final do dia, você tem que fazer uma reconciliação”.</p> <p>“E é um paradoxo: o voto impresso seria imprimido pela mesma urna eletrônica que estaria sob suspeita. Portanto, se fraudar o eletrônico, fraudar-se o impresso. De modo que nós vamos gastar R\$ 2 bilhões, criar um inferno administrativo para essa licitação com um risco imenso de fraude e, pior, quebra de sigilo. Portanto, o voto impresso não é um mecanismo a mais de auditoria, ele é um risco para o processo eleitoral, porque nós abolimos o contato manual”. (Eduardo Barroso, Presidente do TSE e Ministro do STF)</p>	Moralização
	<p>“A urna brasileira é auditável dez vezes, é um engano acreditar que o voto impresso seja a única forma de auditoria. O sistema é bem auditável. O voto impresso vai nos criar um problema que é a manipulação dos votos”. (Soraya Thronicke, MS)</p>	Racionalização
	<p>“Trazer o voto impresso, nós só traríamos insegurança, intranquilidade. Imagine um papelzinho que está dentro de uma urna, impresso aquele voto ali, e você ter que apurar no Brasil inteiro 150 milhões de votos. Isso é impraticável. Nós vamos montar bancas apuradoras com essas cedulzinhas, e vai escapar para um lado, vai escapar para o outro, vai trazer uma intranquilidade geral”. (Marcelo Castro, PI)</p>	Narrativização
	<p>“Eu acho que esse voto impresso não vai somar nada. Quando eu era já adolescente, quando abriam as urnas, somava um; quando saía o resultado, no cartório eleitoral, saía diferente”. (Zenaide Maia, RN)</p>	Normalização
	<p>“O voto impresso não é um problema, não é um problema real. Pelo menos não tem aparecido em denúncias, pesquisas, simulações; não tem aparecido. Pode ser um problema hipotético, político, que está dentro de uma lógica política, de uma campanha política, mas, para o sistema em si, não é”. (Cristian Silva, Analista Político)</p>	Normalização
<p>16 https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/18/senado-ainda-nao-apreciou-projeto-sobre-voto-impresso</p>	<p>“Mensagens que estão circulando nas redes sociais comunicam erroneamente que o Senado acatou um projeto sobre voto impresso. Esse é mais um exemplo de fake news. O que existe no Senado a esse respeito é uma sugestão legislativa que está em fase inicial de análise”. (Fonte: Agência Senado)</p>	Racionalização

Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal (STF)

Notícia	Trecho da coleta	Categoria
<p>1 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471023&ori=1</p>	<p>“Particpei da Justiça Eleitoral desde menino, como datilógrafo. Desde aquela época era comum ouvir alegação de fraude nas apurações. Em muitas vezes, houve prova de fraude, porque o voto era em papel. Acontecia de alguém votar em branco e uma pessoa na mesa apuradora colocar o nome de um candidato na cédula. Não há notícia de caso concreto de fraude na urna eletrônica. Não vejo motivo para voltar ao voto impresso. Seria um retrocesso. O voto impresso ensaja a fraude”</p> <p>“Isso (passado de fraudes) foi combatido com a urna eletrônica, que é auditável antes, durante e depois da eleição e da apuração. Os partidos políticos podem participar da fiscalização e podem requerer a auditoria, que é feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, o maior interessado em que a eleição retrate mesmo a vontade popular”. (Sidney Sanches, ex-presidente do STF e do TSE)</p>	Racionalização
<p>2 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=470203&ori=1</p>	<p>“A democracia só é radical numa coisa: não admite alternativa, porque a alternativa para a democracia é a ditadura. A ditadura não é uma alternativa civilizatória, é barbárie. A democracia tem que ser forte o suficiente para não sucumbir a golpes e atentados. A democracia tem que ser vigilante o tempo todo. A cidadania tem que ser vigilante o tempo todo para sair em defesa da democracia”. (Carlos Ayres Brito, ministro aposentado do STF)</p> <p>“A democracia precisa dos antídotos. Esses antídotos começam todos pelas instituições. Há instituições que exercem o poder, como o Legislativo e o Executivo, o poder político propriamente dito. (...) Mas há instituições que não são democráticas pela eleição popular, porém democráticas pelo controle que exercem sobre o poder político e pelo serviço que prestam à democracia, de garantidores dela. Por exemplo, o Judiciário, a imprensa, o Ministério Público, os partidos políticos. Essas instituições não governam, mas impedem o desgoverno”. (Carlos Ayres Brito, ministro aposentado do STF)</p> <p>“Fica fácil o perdedor alegar que perdeu por fraude, já preparando o espírito da coletividade para uma eventual perda do mandato pela voz da urna”. (Carlos Ayres Brito, ministro aposentado do STF)</p>	<p>Moralização</p> <p>Autorização</p> <p>Narrativização</p>
<p>3 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471023&ori=1</p>	<p>“Há 25 anos a urna eletrônica é utilizada sem indício ou evidência de fraude. Sem nenhuma evidência de fraude, sem nenhum indício sério de ocorrência de fraude. De maneira que eu penso que há um desconhecimento por parte de muitos. E esse desconhecimento pode gerar apoio a esse anúncio de voto impresso que não traz nenhum benefício. Ao contrário, nos faz retornar ao sistema antigo do voto de papel. Basta que se peça a conferência dos votos (eletrônicos) com os votos impressos para se restaurar a contagem manual de voto, aquilo que gerava mapismo (como era chamado o aproveitamento dos votos em branco), que gerava uma série de fraudes”. (Carlos Velloso, ministro aposentado do STF)</p>	Autorização

lhe.asp?idConteudo=469835&ori=1	“É uma retórica política atrasada. Os parlamentares precisam tomar conhecimento do que é o processo eleitoral e de como ele se desenvolve. É, na verdade, um dos melhores processos em matéria eleitoral do mundo. E a Justiça Eleitoral foi criada no Brasil justamente para resolver o problema, para tornar legítimas as eleições e cada vez mais legítima, portanto, a democracia que praticamos, que é a democracia representativa”. (Carlos Velloso, ministro aposentado do STF)	Autorização
4 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468264&ori=1	“No ano seguinte, no exame da ADI 4543, o Plenário declarou inconstitucional o artigo 5º da Lei 12.034/2009, que criou o voto impresso a partir das eleições de 2014, por entender que o dispositivo contestado compromete o sigilo e a inviolabilidade do voto assegurada pelo artigo 14 da Constituição Federal”. (Fonte: Portal STF)	Autorização
5 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468264&ori=1	“Não me parece que o voto impresso possa vir a contribuir para a democracia porque nós corremos um grande risco de quebrar o sigilo na votação. E isso não é possível. Nós temos, obviamente, que discutir, e estamos discutindo não só no Tribunal Superior Eleitoral, mas no Supremo Tribunal Federal também. Mas se você me perguntar: é necessário, hoje, para aprimorar a democracia o voto impresso? Não é” (Alexandre de Moraes, Ministro do STF e integrante do TSE)	Racionalização
	“É uma minoria - uma minoria que merece todo respeito para discussão -, mas é uma minoria que coloca em dúvida a legitimidade do voto eletrônico. Sem apresentar, até agora, uma única prova de fraude. Então, eu acho que a discussão é válida, principalmente, para que o Tribunal Superior Eleitoral possa reafirmar a total legitimidade, transparência e confiabilidade do voto eletrônico”. (Alexandre de Moraes, Ministro do STF e integrante do TSE)	Autorização
6 http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=465848&ori=1	“Circula pelas redes sociais uma imagem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), com uma declaração falsa atribuída a ele sobre as eleições de 2022. A montagem afirma que o ministro subiu o tom contra o presidente Jair Bolsonaro ao afirmar: “Não terá voto impresso em 2022 e nem talvez Bolsonaro em 2022. O recado está dado”. Trata-se de mais uma fake news envolvendo o nome do STF e um de seus ministros, uma vez que o ministro Alexandre de Moraes jamais deu tal declaração”. (Fonte: Portal do STF)	Racionalização

Fonte: elaborado pelos autores

Nos 16 links de notícias coletados no site do TSE, foram retiradas 48 falas de senadores federais ou trechos de notícias, todos originários da Agência do Senado. Consoante, nos 6 links de notícias do site do STF, foram recortadas 10 declarações ou trechos de notícias. Como resultado, o corpus empírico integralizou 22 notícias, ao passo que, destas, derivaram 58 classificações nas cinco estratégias de legitimação que balizaram a nossa pesquisa.

No quadro abaixo (Quadro 2), a distribuição quantitativa nas respectivas categorias:

Quadro 2: distribuição quantitativa em categorias

Senado Federal (Fonte: Agência Senado)		
Categoria	Quantidade	Percentual (%)
Normalização	4	8,33
Autorização	12	25
Moralização	13	27,08
Racionalização	7	14,58
Narrativização	12	25
Total	48	100
Poder Judiciário – Supremo Tribunal Federal (STF)		
Categoria	Quantidade	Percentual (%)
Normalização	0	0
Autorização	5	50
Moralização	1	10
Racionalização	3	30
Narrativização	1	10
Total	10	100
Compilação dos dados do site do Senado e do STF		
Categoria	Quantidade	Percentual (%)
Autorização	17	29,31
Moralização	14	24,14
Narrativização	13	22,41

Racionalização	10	17,24
Normalização	4	6,89
Total	58	100

Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados indicam a prevalência de três categorias principais nos discursos coletados junto ao site do Senado Federal, que são moralização, com 13 ocorrências (27,08%), autorização e narrativização, com 12 referências em cada, o que equivale a 25% em relação ao total do primeiro conjunto analisado. Em seguida, está a estratégia de narrativização, com 7 (14,58%) e, normalização, com 4 (8,33%). No quadro específico do STF, vê-se uma concentração maior em Autorização, com 5 (50%) alusões, seguida de racionalização, com 3, de moralização, com 2, de narrativização, com 1, enquanto que não anotamos nada correspondente à normalização.

A partir dos resultados descritos, é possível sinalizar para a recorrência à autoridade, seja ela uma pessoa, instituição ou lei, para a sustentação da argumentação em defesa da posição sobre o tema em debate. Cabe ponderar, porém, que, no âmbito do Senado Federal, os indicadores expressivos de moralização e narrativização permitem inferir um contraponto ao apontarem para o uso de estratégias de legitimação que buscam a ancoragem em valores, implícitos ou explícitos, bem como o apelo a recursos estéticos e espetaculares que potencializam a dramaticidade e a polarização, através de antagonismos e dicotomias.

Resume-se, assim, que, por temas limítrofes entre o público e o privado, relacionados à PEC 135/2019, é possível interpretar que a razão e a emoção são parte fundamental das articulações discursivas pró e contra a matéria em discussão, assim como de ataques a opositores políticos ou não políticos, como ao Ministro do TSE Eduardo Barroso, nos excertos 4 e 7, que contêm falas do senador Eduardo Girão.

Ainda que não estivesse entre os objetivos estabelecidos a discussão acerca das temáticas em disputa, foi possível notar que, no site do Senado Federal, elas são diversas, contemplando, entre elas, o evento militar que ocorreu na mesma data da votação da PEC 135/2019, que foi interpretado como tentativa de intimidação aos deputados votantes por parte do Poder Executivo Federal, nos itens 5 e 6; o debate em torno da decisão consumada na Câmara dos Deputados, que rejeitou a matéria, verificado nos excertos 1, 2 e 3; e as críticas à live do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que estaria divulgando mentiras sobre a segurança das urnas eletrônicas, o que está no link de número 8. Compreende-se que a diversidade é resultado da pluralidade dessa instância deliberativa, ao passo que, no site do STF, as falas estão concentradas prioritariamente na temática da PEC do voto impresso e na segurança das urnas eletrônicas.

Considerações finais

Os discursos políticos recorrem a uma constante tentativa de legitimação da atuação e dos posicionamentos assumidos. No caso do objeto empírico em análise foi possível verificar essa busca pela legitimação da atuação por meio do acionamento da estratégia de autorização, onde a ancoragem da autoridade se dá pela ênfase na pessoa ou instituição que fala.

A ativação dessa estratégia era algo previsto entre os achados da pesquisa, tendo em vista o fato da análise estar centrada nas principais instituições políticas do país. Entretanto, um dado que despertou atenção foi, no âmbito do Senado Federal, o uso significativo das estratégias de moralização e narrativização, incorporando dramaticidade e reforçando a polarização, através de antagonismos e dicotomias. Para além do debate centrado nos dados, na dimensão factual, há um jogo que se estabelece na conjunção de recursos estéticos e persuasivos em busca de legitimidade e de convencimento.

Para investigações futuras, vislumbramos a possibilidade da comparação através da análise do discurso a partir de outras temáticas, para avançar na compreensão do *modus operandi* das instituições contempladas neste texto. Neste sentido, para que tenhamos subsídios complementares para afirmações mais sólidas sobre padrões, semelhanças e distanciamentos nas formas de pertencer e orquestrar o debate público.

Por fim, compreendemos que o objetivo principal foi alcançado, na medida que pudemos mapear opiniões e versões, bem como deslindar aspectos estratégicos intrínsecos ao discurso de atores e instituições basilares à democracia brasileira, por vezes até de forma intercalada nas falas observadas.

Referências

- BARICHELLO, E. M. M. R.. Campo midiático, opinião pública e legitimação. In: Comunicação e Cultura Midiática. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2003, p.55-74.
- _____. A construção da visibilidade institucional pela mídia. In: Comunicação Midiática. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2002, p.33-58.
- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1997.
- FÉLIX, Joana D’Arc Bicalho. Comunicação estratégica e integrada: a visão de renomados autores de 5 países. Brasília: Editora Rede Integrada, 2020.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Editorial Presença: Lisboa, 1990.
- VAARA, E.; TIENARI, J.; LAURILA, J. Pulp and Paper Fiction: On the Discursive Legitimation of Global Industrial Restructuring. In: Organization Studies, v. 27, n. 6, p. 789–810, 2006
- VAN DIJK, T. A. Discourse as Structure and Process. London: Sage, 1997.
- VAN LEEUWEN, Theo. Legitimation in discourse and communication. Discourse & Communication, v. 1, n. 1, 2007, p. 91-112.
- VAN LEEUWEN, T.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. Discourse Studies, v. 1, n. 1, p. 83–118, 1999.
- ZERFASS, A.; VERČIČ, D.; NOTHHAFT, H.,; WERDER, K. P. Strategic communication: Defining the field and its contribution to research and practice. International Journal of Strategic Communication, v. 12, n. 4, 2018, p. 487-505.